

Relatório da Audiência n.º 50 -COFMA-XIII

Dia: 8 de novembro de 2018

ENTIDADE: FESAP

ASSUNTO: *Orçamento do Estado para 2019.*

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Paulo Trigo Pereira (PS), Vice-Presidente da Comissão;
- Álvaro Baptista (PSD),
- Carla Barros (PSD)
- Fernando Rocha Andrade (PS)
- António Carlos Monteiro (CDS-PP),

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente, Deputado Paulo Trigo Pereira, deu as boas vindas aos representantes FESAP, dando nota do modo de condução dos trabalhos tendo depois passado a palavra à delegação da FESAP.

O Presidente da FESAP fez uma intervenção inicial começando por informar que se encontram em processo negocial com o Governo sobre a matéria que vêm agora expor. Saliu que ficaram por resolver as questões que constam do documento de política reivindicativa apresentado aos Deputados, abrangendo nomeadamente, aumentos salariais, descongelamento e progressão nas carreiras, revisão de carreiras, vínculos, descontos para a ADSE e formação. Defendem que é necessário repor o rendimento face a 2009, considerando também o impacto do aumento dos impostos e da contribuição para a ADSE (3,5%) nos salários reais.

Fazem notar que se algumas normas não forem revertidas (se não houver reposição da posição remuneratória) haverá trabalhadores em 2019 que estarão na mesma situação de há 10 anos. Dizem compreender que o processo de reposição seja faseado mas, argumentam, não era suposto ir além do horizonte desta legislatura. Assim, deveria haver aumento salarial real em 2019, ou seja, o regresso à normalidade. Notou ainda que, neste

contexto, quase metade dos funcionários públicos não terão aumentos salariais. Esclareceu que, na última reunião com o Governo, o Ministro das Finanças informou que estavam disponíveis cerca de 50 milhões de euros para aumentos salariais, sem especificar, em concreto, como seria aplicada tal verba, saindo assim frustradas as pretensões da FESAP. Pedem também o fim das cativações das contribuições pagas pelos beneficiários da ADSE.

Deram nota da sua preocupação por também não terem encontrado na proposta da LOE 2019 nenhuma referência à mobilidade entre órgãos e serviços nem à mobilidade inter-carreiras, realçando que existem muitos funcionários à espera de consolidarem. O Sindicato advoga a resolução de muitas situações pendentes, até por via consolidação automática ou através de inclusão de norma na LOE 2019. Notou que há outros direitos que ainda não foram retomados, como o direito aos 25 dias de férias, referindo também a desadequação do atual regime de antecipação de reformas. Concluiu afirmando que é necessário qualificar os serviços, motivar os trabalhadores e dar dignidade ao trabalho.

Na fase de debate começou por intervir o Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) manifestando a incompreensão do PSD face à ausência de uma política para a Administração Pública (AP), que é particularmente estranha, disse, numa conjuntura de crescimento económico. Notou que esta foi a classe que mais sofreu com a *troika*, até porque houve muitos milhares de funcionários que tiveram de fazer horas extraordinárias, sem receberem a devida compensação remuneratória. No seu entendimento, a margem de intervenção do PSD é pequena porque, sempre que apresentam propostas, estas são “chumbadas”, com o apoio dos partidos que esquerda que suportam o Governo, mesmo quando são boas propostas.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira, intervindo na qualidade de Deputado do GP do PS, defendeu que o aquilo que tem de ser implementado é o que consta no programa do Governo, sendo que estava previsto, na segunda parte da legislatura, o descongelamento das carreiras. Sublinhou que o caminho está a ser feito e que esse caminho ainda não terminou porque é importante garantir um défice baixo. Admitindo que as reivindicações apresentadas, são, em tese, justas, entende que é preciso ponderar se as mesmas são compagináveis com as restrições orçamentais. Observou que havendo várias opções, há vários caminhos possíveis e que o PS pretende chegar a essa “normalidade” percorrendo três fases: 1) acabar com os cortes; 2) descongelar carreiras; 3) atualizar salários. Esta última fase deverá, no seu entender, ocorrer já na próxima legislatura.

Também abordou a questão do fim do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal (que se refletiu no valor mensal do vencimento), bem como a alteração à Lei do Trabalho

em Funções Públicas, em matéria de formação, solicitando a opinião da FESAP sobre estes pontos.

Na sua intervenção, o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) salientou a importância dos sacrifícios dos funcionários públicos, que começaram logo em 2010, e que permitiram evitar o que designou como situação de emergência nacional. Destacou o papel da FESAP na concertação social, considerando que representa melhor os interesses dos trabalhadores quem consegue efetivamente alcançar acordos. Também assinalou a ausência de estratégia do Governo para a AP. Afirmou que o CDS está especialmente preocupado com o Governo cuja governação se pauta, a seu ver, por uma atitude reativa, em função das negociações com os parceiros da coligação, e não no âmbito da concertação social. Aproveitou para questionar a FESAP sobre se o Ministro das Finanças explicou como vai repartir a mencionada verba de 50 milhões de euros, manifestando também a sua preocupação com a não atualização da tabela do IRS, que provavelmente consumirá algum ganho salarial que porventura venha a beneficiar os trabalhadores. Finalizou concluindo que a carga fiscal está, no entender do CDS, elevadíssima e que essa receita deveria então ser repartida por todos, nomeadamente por via da atualização da tabela do IRS.

Em resposta, o Presidente da FESAP considerou negativa qualquer política que “vire trabalhadores contra trabalhadores”. Concordam e valorizam algumas das medidas do OE 2019 nomeadamente no que respeita à formação. Valorizariam também que fosse resolvidas questões relacionadas com outros direitos dos trabalhadores como o das férias (25 dias). Reiterou a importância do Estado olhar para os trabalhadores e valorizar o seu trabalho. Informou que o Ministro das Finanças não esclareceu como se iria repartir o montante dos 50 milhões para aumento da massa salarial (que incluiu contratação). Reportando-se à questão do défice baixo, sublinhou que “governar é optar” pelo que considera questionáveis algumas decisões do executivo nomeadamente a do “perdão da dívida” a grandes empresas. Teme também pelas consequências da não atualização da tabela de IRS. Relembrou ainda as centenas de horas extraordinárias feitas por muitos trabalhadores, não pagas, bem como a saída de muitos profissionais, nomeadamente na área da saúde (Hospitais), para o sector privado, que têm contribuído para a degradação do Serviço Nacional de Saúde.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos prestados pela FESAP e deu por encerrada a audiência.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a documentação apresentada pela FESAP e a gravação, pode ser consultada na [página internet](#) da audiência, pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 08 de novembro de 2018

O Vice-Presidente da Comissão

Paulo Trigo Pereira